

*Movimento
homossexual no Brasil:
recompondo um
histórico*



MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL: RECOMPONDO UM HISTÓRICO

RESUMO

O movimento homossexual existe no Brasil há cerca de 25 anos. Este artigo, baseado na combinação entre pesquisa bibliográfica, documental e etnográfica, oferece interpretações que procuram contribuir para a reconstituição do histórico desse movimento. Ênfase especial é atribuída à importância das “conexões ativas” na configuração assumida pelo movimento em determinado contexto, sobretudo no que toca ao papel desempenhado por atores ligados ao Estado e ao mercado segmentado nos processos que acompanharam o reflorescimento do movimento na década de 1990. As transformações políticas e sociais mais amplas que ocorreram no país, tais como o retorno ao regime democrático, o surgimento da AIDS e o desenvolvimento do individualismo, bem como as alterações no modo de perceber a sexualidade que tiveram lugar nos últimos anos, são relacionadas às mudanças ocorridas no interior do movimento e à própria viabilidade de uma política de identidades homossexual no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos sociais, Brasil; Movimento homossexual; Homossexualidade; Identidades sociais

*S*ão Paulo assistiu, ontem, a uma das maiores manifestações de massa de sua história e, nem é preciso dizer, a uma das mais divertidas e coloridas. E quem achava que a era das grandes manifestações tinha acabado, fica pra próxima. [...] Viram-se até as bandeiras vermelhas do PSTU, com tiras coloridas. [...] E estavam lá os carros patrocinados por uma entidade de travestis, portais e casas noturnas [...] A manifestação deu um chega pra lá na intolerância. O que se queria dizer, nas entrelinhas, era 'deixa eu ser diferente, deixa eu ser do jeito que eu quiser'. Curiosamente, caminharam acompanhados por batedores da Polícia Militar. Celebrando a liberdade de opção, direito adquirido em um Estado democrático, os manifestantes contestaram a norma, o normal, sem a 'baderna' que tanto assusta a elite, e furaram o bloqueio da massificação e da

¹ Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas. <rfacchini@uol.com.br>

² Este artigo foi escrito a partir da pesquisa realizada para minha dissertação de mestrado: FACCHINI, R. "Sopa de Letrinhas?" Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Esse estudo teve como base pesquisa bibliográfica e documental sobre o movimento homossexual brasileiro (MHB) e pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 1997 e 2000, a partir de observação participante nas atividades internas e externas de um único grupo paulistano, o Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor — Grupo de Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais (CORSA) e da realização de entrevistas com os ativistas.

*padronização. Entramos num novo século, não existe raça pura, nem o homem ideal, existe a diferença, era a mensagem subliminar. No ano passado, eram 35 mil manifestantes. Neste ano, 100 mil. O movimento gay é um dos movimentos da sociedade civil que mais crescem, no mundo.*³

O movimento homossexual tem seu surgimento no Brasil, registrado pela bibliografia sobre o tema, na segunda metade dos anos 1970. O termo movimento homossexual é aqui entendido como o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer uma das identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento.

Sua trajetória, no Brasil, poderia, para fins analíticos, ser dividida em três diferentes momentos. O primeiro momento, que chamarei de “primeira onda”, corresponde ao surgimento e expansão desse movimento durante o período de “abertura” política e foi registrado pela maior parte da bibliografia disponível sobre o tema. Nesse momento, as iniciativas estiveram bastante concentradas no eixo Rio-São Paulo, eram fortemente marcadas por um caráter antiautoritário e comunitarista, pela relação com propostas de transformação para o conjunto da sociedade e foram tratadas pela bibliografia sobre movimentos sociais a partir do enquadramento entre os movimentos então chamados de “alternativos” ou “libertários”. Esse primeiro momento encerra-se nos últimos anos da primeira metade dos anos 1980, o que coincide com a retomada do regime democrático e o surgimento da AIDS, então chamada de “peste gay”. O período que se segue e compreende o restante da década de 1980 foi bem pouco tratado pela bibliografia específica, tendo sido anunciado como correspondendo a um “declínio”⁴ do movimento. Além disso, análises realizadas a partir desse contexto apontavam dificuldades

³ PAIVA, M. R. Ato foi grito contra intolerância. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, p. C10, 26 jun. 2000.

⁴ MACRAE, E. *O militante homossexual no Brasil da “abertura”*. 1985. Tese (Doutorado em Antropologia)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 390.

no que toca à viabilidade de uma política de identidade homossexual no Brasil.⁵

Nos primeiros anos da década de 1990, a ausência de referências bibliográficas sobre a continuidade das atividades desse movimento no Brasil era capaz de produzir a sensação de que, de fato, o início da década de 1980 tivesse assistido ao apogeu e fim de uma significativa, mas curta trajetória. No entanto, por volta do início dos anos 1990, houve um reflorescimento das iniciativas militantes. Quando iniciei meu contato com ativistas e organizações do movimento homossexual, em 1995, era possível notar que este movimento sobrevivera ao processo de “redemocratização”, à falência de seu modelo de organização comunitário e autonomista e ao surgimento da AIDS. Mais que isso, chegava à segunda metade da década de 1990 com uma presença marcante na mídia, ampla participação em movimentos de direitos humanos e de resposta à epidemia da AIDS, vinculação a redes e associações internacionais de defesa de direitos humanos e direitos de gays e lésbicas, ação junto a parlamentares com proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal, atuação junto a agências estatais ligadas aos temas DST/AIDS e Direitos Humanos, formulação de diversas respostas frente à exclusão das organizações religiosas, criação de associações de grupos/organizações em nível nacional e local — como a Associação Brasileira de Gay, Lésbicas e Travestis ou o Fórum Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros — e a organização de eventos de rua, como a manifestação realizada por ocasião do dia do Orgulho Gay na cidade de São Paulo, que, no ano de 2002, contou com a presença estimada pelos organizadores de cerca de 500.000 pessoas.

Este artigo tem por objetivo contribuir para a reconstituição desse histórico de mais de 20 anos de movimento homossexual no Brasil a partir da compreensão: 1) do movimento como um recorte numa rede de relações sociais que se estende para além dos limites do movimento propriamente dito; 2) da

⁵ Cf. MACRAE, 1985, loc. cit.; FRY, P. Prefácio. In: MACRAE, E. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 11-15.

importância dessas conexões ativas⁶ na produção da configuração que se pode observar no movimento num determinado momento; 3) das mudanças que ocorreram na sociedade brasileira, na maneira de perceber a sexualidade e no próprio movimento e que tornaram minimamente viável a proposta de uma política de identidades no Brasil.

O GRUPO SOMOS E A “PRIMEIRA ONDA” DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO

O movimento homossexual surge no Brasil definindo seu projeto de politização da questão da homossexualidade em contraste às alternativas presentes no “gueto” e em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento. Essas associações, apesar de reunir homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como “não-politizada”, por estar exclusivamente voltada para a “sociabilidade”. Essas primeiras formas de associação de homossexuais, especialmente o jornal *O Snob* (1963-1969) e a Associação Brasileira de Imprensa Gay (1967-1968), são mencionadas nos trabalhos de MacRae⁷ e Green.⁸

A fundação do primeiro grupo reconhecido na bibliografia como tendo uma proposta de politização da questão da homossexualidade, o SOMOS, de São Paulo, ocorreu em 1978. É importante esclarecer, desde já, que esse grupo adquiriu grande notoriedade e visibilidade do ponto de vista histórico, não só por ter sido o primeiro grupo brasileiro, por ter tido uma atuação importante, ou por ter sido uma experiência marcante na vida

⁶ DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1995.

⁷ Cf. MACRAE, 1985

⁸ GREEN, J. N. More love and more desire: the building of a brazilian movement. In: ADAM, B. D.; DUYVENDAK, J. W.; KROUWEL, A. *The global emergence of gay and lesbian politics: national imprints of a worldwide movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1998. p. 91-109; GREEN, J. N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

das centenas de pessoas que passaram por suas atividades. O fato de que MacRae⁹ e Trevisan¹⁰ tenham publicado materiais bastante detalhados sobre ele, documentando suas atividades e examinando seu ideário e os conflitos entre seus participantes, contribuiu para que o estilo de militância do SOMOS se tornasse um modelo, tanto para outras organizações, como para os pesquisadores do tema. Outros trabalhos como *Confidências da Carne*, de Pedro de Souza¹¹ e *O Negócio do Michê*, de Néstor Perlongher¹², também documentaram aspectos relacionados ao SOMOS. Pesquisas posteriores como a de Silva¹³ sobre o Triângulo Rosa, grupo carioca pertencente a uma “segunda onda” do movimento homossexual brasileiro, e a de Zanatta¹⁴, que tomou por base os documentos do movimento depositados na Arquivo Edgard Leuenroth, tomaram os escritos sobre o SOMOS como ponto de referência. Estudos da área de história como os de Silva¹⁵ e Green¹⁶ também voltaram a abordá-lo, embora essa não fosse a proposta central de seus trabalhos. Isso tudo implica um risco, a meu ver bastante sério, de produzir um efeito, a partir do qual, o estilo de militância e as questões específicas do período em que existiu o SOMOS acabem se tornando sinônimos de movimento homossexual no Brasil, impedindo a percepção da diversidade

⁹ Cf. MACRAE, 1985; MACRAE, E. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

¹⁰ TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso*. 1.ed. São Paulo: Max Limonad, 1986.

¹¹ SOUZA, P. de. *Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1997.

¹² PERLONGHER, N. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹³ SILVA, Cristina L. C. da. *Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos “homossexuais”*. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁴ ZANATTA, E. M. Documento e identidade: movimento homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*, Campinas, n. 5/6, p. 193-220, 1997.

¹⁵ SILVA, Cláudio R. da. *Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

¹⁶ Cf. GREEN, 1998. In: ADAM, B. D.; DUYVENDAK, J. W.; KROUWEL, A. *The global emergence of gay and lesbian politics: national imprints of a worldwide movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1998. p. 91-109; GREEN, 2000

de questões e estilos de militância que passaram por estes mais de 20 anos de movimento no Brasil.

De acordo com MacRae¹⁷, antes da fundação do SOMOS, João Silvério Trevisan, ao retornar de auto-exílio, havia tentado organizar um grupo, no segundo semestre de 1976, para discutir as novas idéias que trazia após os contatos com os movimentos homossexual, feminista e ecológico nos Estados Unidos. Esse grupo teria se dissolvido em poucas semanas. Em abril de 1978, saía o número zero do jornal *Lampião da Esquina*, que teria um importante papel de articulação das primeiras iniciativas do movimento. Ainda em abril, a *Revista Versus*, ligada à Convergência Socialista, promoveu uma semana de debates com um dia reservado à imprensa alternativa. O “boicote” ao *Lampião da Esquina* na convocação para esse debate e as resistências à especificação das “minorias” que seriam apoiadas, de acordo com MacRae¹⁸, teriam estimulado Trevisan e um grupo de homossexuais presentes no último dia de debates a formarem um grupo para refletir sobre estas questões. No mês seguinte, cerca de 15 a 20 pessoas reuniam-se semanalmente.

O grupo, nesse momento, era composto exclusivamente por homens. Sua primeira aparição pública ocorreu por meio de uma carta endereçada ao sindicato dos jornalistas, na qual um nome provisório foi adotado: Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais. Posteriormente, em dezembro de 1978, esse grupo foi rebatizado de SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, mediante convite para participação numa semana de debates sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados, a ser realizada no início do ano seguinte na USP.

A partir desse debate, novos integrantes, inclusive mulheres, entram no SOMOS e dois novos grupos se formam: o Eros e o Libertos. É interessante observar, em relação à forma como surgiam novos grupos, que um evento onde a questão homossexual teve destaque não só trouxe novos membros ao SOMOS como provocou o surgimento de novas iniciativas. Como veremos adiante, essa não era a única forma através da qual novos grupos surgiam. A partir deste debate, também, uma polarização

¹⁷ MACRAE, 1985, p. 220

¹⁸ *Ibid.*, p. 221-225

entre a “esquerda” e a “autonomia das lutas das minorias” passa a marcar o grupo. Essa polarização, posteriormente, seria responsável por conflitos internos, na medida em que militantes do SOMOS passaram a defender uma estratégia de transformação social que passava por uma aliança com outras minorias, movimento de trabalhadores e grupos de esquerda.

Nesse período, MacRae¹⁹ identifica algumas características presentes no SOMOS:

- 1) a forte carga de agressividade voltada contra grupos semelhantes;
 - 2) a oposição dos militantes aos freqüentadores do “gueto”, que oscilava com a necessidade de não se afastar da “massa” homossexual;
 - 3) a concepção de sua atuação, definida como voltada para a defesa dos “legítimos interesses” desse setor;
 - 4) a adoção de tomada de decisão por consenso para não criar uma “ditadura da maioria” e uma “minorias oprimida”;
 - 5) distinção rígida entre os “do grupo” e os “de fora”;
 - 6) escolha de coordenação rotativa para preservar a democracia e evitar a cristalização de lideranças;
 - 7) a criação, no interior do grupo, de uma comunidade de iguais. Nesse sentido, o igualitarismo comunitarista conflitava com a heterogeneidade do público homossexual, e os recursos homogeneizadores passavam tanto pelo antiautoritarismo e mecanismos que impediam a explicitação de hierarquias internas, quanto pela busca proposital de inimigos ou ameaças externas. O próprio modelo das reuniões dos grupos de identificação, baseadas em relatos autobiográficos em que eram reveladas as idéias sobre a sexualidade em geral e a homossexualidade em particular, possuía uma tendência homogeneizadora: mais do que sendo *descoberta*, uma identidade homossexual estava sendo *construída* [...] aprendia-se a ser ‘homossexual’, ou melhor, ‘militante homossexual’.²⁰
- Ao analisar o ideário do SOMOS, MacRae aponta algumas

¹⁹ Id.

²⁰ MACRAE, 1985, p. 257

características:

- 1) o grupo deveria ser exclusivamente formado por homossexuais;
- 2) as palavras “bicha” e “lésbica” deviam ser esvaziadas de seu conteúdo pejorativo;
- 3) na análise das relações de gênero, as assimetrias entre homens e mulheres deveriam ser combatidas, bem como a polarização ativo/passivo e os estereótipos efeminado/masculinizada;
- 4) a “bissexualidade”, enquanto identidade ou subterfúgio para não assumir a homossexualidade, era criticada, embora, em alguns momentos, a prática bissexual fosse até mesmo glorificada como subversão de todas as regras;
- 5) a monogamia e a possessividade nos relacionamentos eram questionados;
- 6) o prazer era visto como bem supremo e o autoritarismo devia ser combatido em todas as suas manifestações, tanto fora, quanto dentro do grupo.

No final do ano de 1979, foi organizado, no Rio de Janeiro, o 1º Encontro de Homossexuais Militantes, que se realizou na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em um domingo, 16 de dezembro, das 10 às 17 horas. De acordo com informações do *Boletim do Grupo Gay da Bahia*²¹, participaram 61 pessoas - 11 lésbicas e 50 gays - e nove grupos marcaram presença: SOMOS, RJ; Auê, RJ; SOMOS, SP; Eros, SP; SOMOS, Sorocaba, SP; Beijo Livre, Brasília, DF; Grupo Lésbico Feminista, SP; Libertos, Guarulhos, SP; Grupo de Afirmação Gay, Caxias, RS e mais um representante de Belo Horizonte, MG, futuro fundador do Grupo 3º Ato. Frases como O Movimento Homossexual é Revolucionário e não Apenas Reformista! marcavam a ênfase daquele momento. Entre as resoluções deste encontro destacam-se: a reivindicação de incluir o respeito à “opção sexual” na Constituição Federal; uma campanha para retirar a homossexualidade da lista das doenças

²¹ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Salvador: GGB, v. 12, n. 27, ago. 1993.

mentais e a convocação de um congresso para a Semana Santa seguinte, em São Paulo.

Em 1980 ocorria, de 4 a 6 de abril, na cidade de São Paulo, o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) que foi fechado para grupos homossexuais e seus convidados, e o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO). De acordo com MacRae²², compareceram cerca de 200 pessoas à parte fechada do encontro, o 1º EGHO, integrantes e convidados dos grupos Auê, RJ; SOMOS, SP; Eros, SP; Libertos, Guarulhos, SP; SOMOS, Sorocaba, SP; Beijo Livre, Brasília, DF, além de representantes de Belo Horizonte, MG, Vitória, ES, Goiânia, GO, Curitiba, PR e uma comissão de representantes do jornal *Lampião da Esquina*. Ao 1º EBHO, à parte aberta, compareceram cerca de 600 pessoas.²³

Nesse mesmo ano, em maio, ocorrem também dois “rachas” no SOMOS, dividindo-o em três grupos: o SOMOS, o Grupo Lésbico-Feminista, posteriormente rebatizado de Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) e o Grupo de Ação Homossexualista, posteriormente rebatizado de Outra Coisa. Após o “racha”, a campanha contra o delegado Richetti²⁴ voltou a reunir os fragmentos do SOMOS, e os movimentos feminista e negro, num ato público realizado em frente ao Teatro Municipal, no final da tarde de 13 de junho de 1980, que seguiu em passeata pelas ruas do centro. Em paralelo a isso, o grupo Outra Coisa se aliava ao Libertos e ao Eros, formando o Movimento Homossexual Autônomo. Passada a efervescência produzida pelo ato, a relação entre os fragmentos do SOMOS volta a se deteriorar.

Em 1981, a proposta de realização de um segundo EGHO fracassa e ocorre um encontro paulista e outro encontro do Nordeste. No encontro paulista, chega-se a propor que o 13 de

²² MACRAE, 1985, p. 339

²³ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, loc. cit.

²⁴ Wilson Richetti era um delegado que já havia se tornado conhecido por ter expulsado as prostitutas de São Paulo e criado a zona de prostituição de Santos. Transferido para a Terceira Seccional (Centro) iniciou uma ação contra os frequentadores noturnos do centro da cidade que ficou conhecida como Operação Limpeza. A campanha e a manifestação contra Richetti estão entre as principais atividades realizadas pelos militantes da “primeira onda” do movimento paulistano, mobilizando forças de esquerda e os movimentos negro e feminista contra a violência repressiva do Estado.

junho — data da passeata contra Richetti no ano anterior — fosse comemorado como uma data brasileira equivalente ao que significa o 28 de junho²⁵ para o movimento norte-americano.

A saída de mais militantes do SOMOS leva à formação de grupos de estudos, que acabam por se dissolver e, a partir de alguns desses militantes, forma-se o Coletivo Alegria-Alegria, que se constitui como “grupo de vivência”, e teve curta duração.

Em 1982, o SOMOS participa dos debates da campanha eleitoral e da campanha promovida pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) contra a classificação da homossexualidade adotada pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Em 1983, problemas financeiros e dificuldades em conseguir novos membros levam o grupo SOMOS a abandonar sua sede e se dissolver.

O grupo Outra Coisa, ao levantar a bandeira da “autonomia”, manteve durante pouco tempo a aliança com o Eros e o Libertos, que se destinava a combater a hegemonia do SOMOS — acusado de estar atrelado à Convergência Socialista — no movimento paulistano. O Outra Coisa continuou atuando em questões relativas à violência, colaborou na discussão de temas ligados à homossexualidade, na campanha eleitoral de 1982, e foi o primeiro grupo paulistano a divulgar, em julho de 1983, informações a respeito da AIDS. Vale lembrar que, quando surgiram as primeiras notícias a respeito da AIDS, houve várias reações de desconfiança no interior do movimento, o receio era de que esta fosse mais uma forma de controle médico sobre os homossexuais. Em 1984, de acordo com MacRae²⁶, por falta de interesse dos seus militantes e dificuldades em pagar o aluguel da sede, o Outra Coisa encerra suas atividades.

O GALE, após o “racha”, voltou-se mais para o movimento feminista, no qual procurava incentivar que se desse mais atenção às questões ligadas à sexualidade e brigava para que militantes feministas assumissem suas práticas homossexuais. Sofreu uma

²⁵ O 28 de junho é internacionalmente comemorado como sendo o Dia do Orgulho Gay. Essa data celebra a rebelião de Stonewall, enfrentamento entre homossexuais e policiais, ocorrido em Nova York (EUA), no ano de 1969. Stonewall é reconhecido como marco do surgimento do moderno movimento homossexual norte-americano, que se internacionalizou.

²⁶ MACRAE, 1985, p. 389

dissidência que formou o Grupo Terra Maria, mas continuou atuando, voltando-se ora para o movimento feminista, ora para o “gueto lésbico”. Dos grupos paulistanos, o GALF foi o único que atravessou esses mais de vinte anos de movimento, chegando aos anos 1990 como Rede de Informação Um Outro Olhar, nome que passou a utilizar, a partir do momento em que adotou o formato institucional de Organização Não-Governamental (ONG).²⁷

ANOS 1980: DECLÍNIO OU PERÍODO DE TRANSFORMAÇÕES?

Antes do final da primeira metade dos anos 1980, houve uma drástica redução na quantidade de grupos presentes no movimento. Se MacRae havia identificado 22 grupos no Brasil no início dos anos 1980, um documento produzido pelo Grupo Gay da Bahia²⁸ falava em 7 grupos existentes em 1984 e 6 em 1985. Em outubro de 1986, seriam 12 grupos e em maio de 1988, 8 grupos. Isto pode ser justificado, entre outras coisas, pelo surgimento da epidemia da AIDS, então chamada “peste gay”, e seu poder de desmobilização das propostas de liberação sexual, e, ainda, pelo FATO DE MUITAS LIDERANÇAS TEREM SE VOLTADO PARA A LUTA CONTRA A AIDS, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia.

Néstor Perlongher, num texto publicado em 1993²⁹, retrata o peso da chegada da “peste gay” e seu impacto sobre as propostas de liberação homossexual, falando num “fim da homossexualidade”:

É preciso esclarecer: o que desaparece não é tanto a prática das uniões dos corpos do mesmo sexo genital, [...] mas a festa do apogeu, o interminável festejo da

²⁷ Informação baseada em entrevista a uma das coordenadoras do grupo, realizada no ano de 1995.

²⁸ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Salvador: GGB, v. 12, n. 27, ago. 1993.

²⁹ PERLONGHER, N. O desaparecimento da homossexualidade. In: DANIEL, H. et al. *SaúdeLoucura* 3. São Paulo: HUCITEC, 1992. p. 39-45.

emergência à luz do dia, no que foi considerado o maior acontecimento do século XX: a saída da homossexualidade à luz resplandecente da cena pública, os clamores esplêndidos do — diriam na época de Wilde — amor que não se atreve a dizer seu nome. Não somente atreveu-se a dizê-lo, mas o tem gritado na vozeria do excesso. Acaba, poder-se-ia dizer, a festa da orgia homossexual, e com ela termina-se (não era, por sinal, sua expressão mais chocante e radical?) a revolução sexual que sacudiu o Ocidente no decorrer deste acidentado século. [...] Um declínio tão manso que se a gente não olha bem não percebe: esse é o processo da homossexualidade contemporânea. Ela abandona a cena fazendo uma cena poética e desgarrada: a da sua morte. [...] Aos que agora sentimos esses acontecimentos não pode escapar a sinistra coincidência entre um 'maximum' (um esplendor) de atividade sexual e a emergência de uma doença que utiliza os contatos entre os corpos (e usou, em Ocidente, sobretudo dos contatos homossexuais) para se expandir de forma terrificante, ocupando um lugar axial na constelação de coordenadas do nosso tempo, em parte por se registrar aí a atraente (por ser misteriosa e ambivalente) colusão de sexo e morte.³⁰

Mas, antes disso, o fim do *Lampião da Esquina*, que encerrou suas atividades em junho de 1981, deixou os grupos órfãos do meio de comunicação por meio do qual faziam circular suas idéias e divulgar suas atividades por todo o país, dentro e fora do movimento. O importante papel cumprido pelo *Lampião da Esquina* na mobilização do movimento homossexual nesse período, e o vazio deixado pelo seu fim, são reconhecidos tanto por MacRae, quanto por Green³¹ e Silva³². Silva³³ sugere que o

³⁰ Ibid., p. 40

³¹ Cf. GREEN, 1998. In: ADAM, B. D.; DUYVENDAK, J. W.; KROUWEL, A. *The global emergence of gay and lesbian politics: national imprints of a worldwide movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1998. p. 91-109; GREEN, 2000

³² Cf. SILVA, Cláudio, 1998

³³ Ibid., p. 125

jornal enfrentou vários problemas por ser uma publicação da “imprensa nanica” e teria encerrado suas atividades mergulhado num vácuo: o *Lampião* abandona o teor contestatório e não consegue assumir as características de uma publicação voltada ao consumo.

Sem que seja necessário entrar nos detalhes relativos às disputas acerca de um projeto para o jornal, que realmente ocorreram, ou da vitória de uma determinada proposta, é possível perceber que um jornal publicado para lutar contra a censura³⁴ teria, de qualquer modo, dificuldades para sobreviver ao fim da censura e à passagem de seus temas para as páginas de jornais e revistas de grande circulação.

Considero possível estender essa mesma lógica, embora não como causa única, para ajudar a compreender a redução da quantidade de grupos no movimento homossexual. Do mesmo modo que a redemocratização produziu um vácuo para a continuidade da atuação do *Lampião da Esquina*, estruturado fortemente sobre a nossa versão antiautoritária de contracultura, pode-se imaginar que o final da ditadura tenha criado também dificuldades para a continuidade da atuação dos grupos homossexuais. Assim, teriam sido prejudicados principalmente aqueles grupos com um perfil mais comunitarista e antiautoritário. A continuidade num período pós-redemocratização exigiria uma adaptação do ideário e do estilo de militância desses grupos ao novo contexto.

Green³⁵ cita uma variedade de fatores que poderiam ter contribuído para um declínio no movimento: o crescimento da inflação e do desemprego dificultaria a mobilização dos ativistas; a falsa idéia de que em tempos democráticos os direitos civis dos homossexuais poderiam expandir-se mais facilmente; por outro lado, o espaço dado para a homossexualidade em meios de comunicação convencionais e a expansão de um mercado voltado para homossexuais teriam produzido uma “ilusão” de liberdade e de que a organização política não era necessária.

³⁴ Cf. entrevista de James Green em: SILVA, Cláudio, 1998, p. 91

³⁵ GREEN, 1998. In: ADAM, B. D.; DUYVENDAK, J. W.; KROUWEL, A. *The global emergence of gay and lesbian politics: national imprints of a worldwide movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1998. p. 98.

O período que se segue a esse “declínio” do movimento ainda não teve um estudo específico a seu respeito. Poucas referências sobre esse período podem ser encontradas em alguns trabalhos³⁶, a maior parte deles produzidos após a segunda metade dos anos 1990 e nos documentos do próprio movimento.

MacRae³⁷ documenta de modo mais preciso e detalhado os acontecimentos ocorridos até 1983, quando o SOMOS encerra suas atividades. Ao final da tese, fala de um “declínio”³⁸ do movimento, ao mesmo tempo em que relata realizações de dois grupos que não apareciam com destaque em sua narrativa sobre a “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro: o Grupo Gay da Bahia e o Triângulo Rosa. No entanto, é importante lembrar que a “primeira onda” do movimento homossexual e o movimento feminista foram analisados, na década de 1980, a partir de uma bibliografia voltada para os movimentos então chamados de “alternativos” ou “libertários”, que enfatizava seu forte caráter antiautoritário e comunitarista. A abordagem de MacRae, até mesmo pela inserção no contexto histórico em que o fenômeno se produzia e pela maior proximidade com as experiências diretamente ligadas ao grupo SOMOS, SP e ao jornal *Lampião da Esquina*, não enfatizou outras características, já presentes naquele primeiro momento, e que podem ter tido grande relevância para a sobrevivência do movimento homossexual brasileiro em tempos democráticos.

Trabalhos como o de Cristina L. C. da Silva³⁹ sobre o grupo Triângulo Rosa, ou o conjunto de entrevistas de história oral de vida de militantes e intelectuais ligados ao jornal *Lampião da Esquina* realizadas por Cláudio R. da Silva⁴⁰ permitem perceber

³⁶ VALLINOTO, T. C. *A construção da solidariedade: um estudo sobre a resposta coletiva à AIDS*. 1991. Dissertação (Mestrado) — Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro; TREVISAN, João S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 3.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Record, 2000; SILVA, Cristina, 1993; ZANATTA, 1997; SILVA, Cláudio, 1998; GREEN, 1998. In: ADAM, B. D.; DUYVENDAK, J. W.; KROUWEL, A. *The global emergence of gay and lesbian politics: national imprints of a worldwide movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1998. p. 91-109.

³⁷ Cf. MACRAE, 1985

³⁸ *Ibid.*, p. 390

³⁹ Cf. SILVA, Cristina, 1993

⁴⁰ Cf. SILVA, Cláudio, 1998

que, mesmo nessa “primeira onda” do movimento, já se encontravam presentes, embora ainda pouco expressivas, outras características facilmente identificáveis na trajetória de militantes, como o já falecido João Antônio Mascarenhas (articulador inicial do grupo de intelectuais que compôs o jornal *Lampião da Esquina* e fundador do extinto grupo Triângulo Rosa) e Luiz Mott (fundador do Grupo Gay da Bahia). Ambos são personagens fundamentais, principalmente durante o período de “declínio” do movimento e creio que alguns dos traços que distinguem sua atuação daquela observada em grupos como o SOMOS, estão entre os que não permitiriam que esse movimento chegasse a desaparecer em meados da década de 1980, passando de uma ênfase antiautoritária e comunitarista, para uma ênfase na garantia do direito à diferença e para uma tendência a estabelecer organizações de caráter mais formal que comunitário.⁴¹

Nas entrevistas concedidas a Silva⁴², Mott e Mascarenhas delinham trajetórias individuais pré-participação no movimento que podem ser um tanto diferentes entre si, mas se afastam bastante do alto grau de envolvimento com grupos e concepções político-revolucionárias identificável, tanto nas posições mais “autonomistas” quanto nas “esquerdistas”, das primeiras lideranças retratadas por MacRae no grupo SOMOS. Tanto Mott quanto Mascarenhas apresentam, em seus depoimentos, uma trajetória anterior ao movimento, muito menos vinculada a grupos político-revolucionários ou mesmo às idéias da contracultura, que são marcantes na trajetória de outras lideranças do movimento homossexual presentes na “primeira onda” do eixo Rio-São Paulo, descrita por MacRae.

Há também diferenças no estilo de militância que desenvolvem em relação ao perfil delineado por MacRae — e em boa medida confirmado nos escritos de Trevisan⁴³ e Green⁴⁴ — a

⁴¹ Faço aqui referência à distinção entre formas de organização interna de movimentos sociais elaborada em: DURHAM, E. R. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 10, p. 24-31, out. 1984.

⁴² Cf. SILVA, Cláudio, 1998

⁴³ Cf. TREVISAN, 1986; TREVISAN, 2000

⁴⁴ Cf. GREEN, 1998. In: ADAM, B. D.; DUYVENDAK, J. W.; KROUWEL, A. *The global emergence of gay and lesbian politics: national imprints of a worldwide movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1998. p. 91-109; GREEN, 2000

respeito do SOMOS e dos grupos do eixo Rio-São Paulo da “primeira onda” do movimento. No SOMOS, por exemplo, tanto as lideranças com uma posição “autonomista”, quanto as que tinham uma posição em favor de alianças com partidos políticos, grupos de esquerda e outros movimentos não classificados como “movimentos de minorias”, tinham projetos de transformação da sociedade como um todo. As atuações de Mott e Mascarenhas demonstram um menor envolvimento com projetos de transformação social, num sentido mais amplo, e uma ação mais pragmática, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais. As propostas encaminhadas por ambos os grupos – GGB e Triângulo Rosa – na década de 1980, já haviam sido discutidas nas prévias do 1º e 2º EGHO e no 1º EGHO e EBHO e, embora aprovada pelo conjunto de grupos existentes, o encaminhamento concreto e a coordenação da campanha acabaram ficando a cargo de grupos que, parafraseando um documento do GGB, colocam a causa gay em primeiro lugar.

A valorização de relações com o movimento em âmbito internacional também é um traço distintivo dos militantes da “segunda onda”. Na “primeira onda” do movimento, o SOMOS e o *Lampião da Esquina* questionavam o uso da palavra “gay”, preferindo utilizar “bicha” ou “guei”, e o faziam com a justificativa de que “gay” era um termo muito ligado ao movimento norte-americano.⁴⁵ Entre essas iniciativas, pode-se dizer que as relações com o movimento em nível internacional não eram vistas como prioritárias. No entanto, João Antônio Mascarenhas esteve numa conferência da então International Gay Association (IGA), posteriormente renomeada como International Lesbian and Gay Association (ILGA), que ocorreu em abril de 1980 na Itália.⁴⁶ Silva⁴⁷, por sua vez, menciona o fato de que o grupo Triângulo Rosa era, já nos anos 1980, filiado à ILGA.

⁴⁵ GREEN, 1998. In: ADAM, B. D.; DUYVENDAK, J. W.; KROUWEL, A. *The global emergence of gay and lesbian politics: national imprints of a worldwide movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1998. p. 103.

⁴⁶ *LAMPIÃO DA ESQUINA*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 36, maio 1981. p. 3.

⁴⁷ SILVA, Cristina, 1993, p. 66

Além do pragmatismo de um direcionamento mais específico para a “causa homossexual”, e de uma maior valorização das relações com o movimento internacional, a atuação de militantes como Mascarenhas e Mott, e dos grupos que coordenaram, apresenta uma série de preocupações que, se existiam, não apareciam com grande ênfase nos relatos sobre a “primeira onda” do movimento. Preocupações com ter uma sede, bem como com o registro oficial do grupo e o estabelecimento de uma diretoria, com cargos e funções claramente definidos⁴⁸, podem ser interpretadas no sentido de denotar uma menor refratariedade à institucionalidade por parte destes grupos. Creio que a expressão de tais características, a partir de meados dos anos 1980, possa ser relacionada à passagem a um regime democrático e à conseqüente desarticulação da ênfase antiautoritária existente no período anterior.

Além disso, em várias ocasiões, os militantes dessa “segunda onda” expressavam uma percepção de sua atuação de modo a demarcar diferenciações em relação à atuação dos militantes anteriores. Luiz Mott, em entrevista a Silva⁴⁹, relata que teve pouco contato com as lideranças históricas do movimento homossexual, usando o termo “dinossauros” para se referir a elas. Em outro momento, um documento do GGB sobre os encontros nacionais⁵⁰ critica o comportamento dos grupos presentes à prévia do 2º EBHO, de modo a diferenciar-se destes.

⁴⁸ A entrevista com Mott em SILVA, Cláudio, 1998, p. 469-473, por exemplo, deixa claro sua preocupação com a necessidade de uma sede para o grupo. O crescimento e fortalecimento do grupo é acompanhado, na fala de Mott, pela conquista de espaços físicos mais adequados para suas atividades. Se a preocupação com uma sede não é algo presente nas descrições sobre o grupo Triângulo Rosa, a preocupação em registrar legalmente o grupo perpassa as duas iniciativas que estamos aqui tomando como foco da análise. MACRAE, 1985, p. 466, cita o GGB e o Triângulo Rosa como grupos que haviam obtido *reconhecimento oficial e legalizado [...] enquanto agremiações explicitamente voltadas à questão homossexual*. SILVA, Cristina, 1993, p. 55, relata que *o grupo Triângulo Rosa foi oficializado, no Registro Civil de Pessoa Jurídica, em 27 de fevereiro de 1985*. Segundo MACRAE, 1990, p. 306, o GGB obteve deferimento à solicitação legal de registro de seus estatutos em 24 de janeiro de 1983.

⁴⁹ Cf. SILVA, Cláudio, 1998

⁵⁰ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Salvador: GGB, v. 12, n. 27, ago. 1993.

Por sua vez, Pedro e Rosa (nomes fictícios), militantes do Triângulo Rosa entrevistados por Silva⁵¹, referem-se às diferenças que percebem entre sua atuação e a dos primeiros grupos homossexuais:

Segundo Pedro:

O SOMOS/RJ discutia assuntos psicossociais. Por exemplo: o 'homossexual' e a família. Era como uma psicoterapia de grupo sem terapeuta, eram trocadas vivências e experiências. Hoje está na moda se chamar este tipo de grupo de 'grupo de auto-ajuda'. O Triângulo Rosa, por sua vez, não discutia de maneira central as questões pessoais. Tratava das questões externas: políticas, leis... fatos acontecidos com outras pessoas. Seu caráter político era, talvez, a grande diferença.

Rosa, por sua vez, afirmou:

Tinha uma discussão diferente, talvez pelo fato desse primeiro momento histórico já ter acontecido, ou seja, o 'Lampião', os primeiros grupos e tal. O Triângulo Rosa não discutia a discriminação interna de cada um, discutia a questão mais social, política. O enfoque era basicamente este, a atuação foi política, visava diminuir a discriminação via a política — partidos políticos, instituições, organizações da sociedade civil, era a OAB, era participar da alteração do Código de Ética do Jornalista... participar da elaboração da Constituição Federal. A preocupação era muito diretamente política.

Nos depoimentos acima, pode-se observar que ambos os entrevistados contrapõe a idéia de política à de auto-ajuda, de maneira a não reconhecer o caráter político do modo de atuação dos primeiros grupos. O sentido dado à palavra política é extremamente diferente nos dois momentos. Para os primeiros militantes, havia um traço radicalmente político nas "reuniões

⁵¹ SILVA, Cristina, 1993, p. 55

de reconhecimento”, que foram, por bastante tempo, a principal atividade cotidiana no SOMOS, SP. Elas deveriam ser a base sobre a qual, através dos relatos pessoais dos participantes, se poderia tomar contato com a experiência concreta da homossexualidade, bem como com a discriminação e a violência a ela associadas. Do ponto de vista dos militantes da época, era muito forte a idéia de uma transformação social ampla, construída a partir da intimidade e do cotidiano.⁵² Os depoimentos vistos acima não reconhecem mais essa concepção de política. Para eles, política tem um sentido muito mais pragmático e muito menos ancorado nas experiências e vivências pessoais dos próprios militantes. Eles parecem também tomar a identidade homossexual como algo já dado, seja por se perceberem para além da necessidade uma atividade de auto-ajuda, ou por entenderem que tal identidade já houvesse sido construída pelo trabalho dos grupos anteriores.

MacRae⁵³ havia observado uma certa ambigüidade no movimento homossexual, que se expressava na definição da homossexualidade ora como “opção”, ora como “essência” e, na oscilação entre a defesa da legitimidade da homossexualidade e a apologia dos aspectos contestatórios de sua marginalidade. Durante o processo de elaboração e da defesa da inclusão da não-discriminação da homossexualidade na Constituição, os militantes envolvidos, consultando acadêmicos e profissionais de várias áreas, chegaram a um consenso pela utilização da expressão “orientação sexual”.⁵⁴ A partir dessa utilização, a polêmica entre homossexualidade como “opção” ou como “essência” deixa de estar tão presente no cotidiano dos grupos. “Orientação sexual” era um termo que permitia, ao mesmo tempo, afirmar uma certa concretude para a experiência da homossexualidade, sem necessariamente entrar em questão sobre suas causas mais profundas, ou seu caráter “essencial”. Por outro lado, com a atuação mais pragmática por parte dos grupos/associações em favor dos direitos civis, a ambigüidade entre a legitimidade da homossexualidade e a valorização de sua face “marginal” tende

⁵² Nesse sentido, os militantes homossexuais seguiam uma lógica semelhante à do feminismo da época, que afirmava uma politização do cotidiano através do *slogan* O Pessoal é Político.

⁵³ MACRAE, 1985, p. 453

⁵⁴ Cf. SILVA, Cristina, 1993

a se desfazer. Nesse sentido, a defesa da legitimidade da homossexualidade, apesar da “solução de consenso” representada pela utilização do termo “orientação sexual”, tende muitas vezes a reanimar a ênfase em explicações da homossexualidade a partir de uma “essência”, inata ou adquirida em tenra idade.

A forte associação, de caráter negativo, entre AIDS e homossexualidade, que teve lugar no início da epidemia, levou vários grupos a optarem por não trabalhar prioritariamente com a luta contra a AIDS. O próprio Triângulo Rosa, segundo Silva⁵⁵, é um desses casos. A associação entre AIDS e homossexualidade era por demais conflitante com a busca de legitimidade para a homossexualidade, presente na proposta de atuação mais legislativa que predominou nesse grupo. Outros grupos, como o Outra Coisa, SP; o GGB, BA; o Atobá, RJ; o Dialogay, SE e o Lambda, SP conseguiram conjugar de outra maneira essa relação entre legitimidade da homossexualidade e atuação contra a epidemia, e têm sua atuação reconhecida na bibliografia sobre a “construção de uma resposta coletiva à AIDS”. De todo modo, a necessidade de desvinculação da imagem da homossexualidade de seus aspectos “marginais” passa a ser uma característica bastante presente nessa “segunda onda” do movimento. O processo de “redemocratização” na sociedade brasileira e a conseqüente desmobilização das propostas mais “antiautoritárias” de militância podem ser relacionadas a essa tendência à desvalorização dos aspectos “marginais” da homossexualidade e à necessidade de construção de uma imagem pública da homossexualidade, que deixa de incluir boa parte das vivências a ela relacionadas.

Gostaria de enfatizar que todas essas novas características e preocupações que pude perceber por meio da análise dos casos de Mott e Mascarenhas não constituem um modelo fechado de acordo com o qual as novas gerações de militantes necessariamente se comportam. Certamente, há vários graus em que esses traços se expressaram e se expressam na atuação cotidiana dos grupos e associações brasileiros. O relato que desenvolvi anteriormente, a partir desses casos, tem muito mais o objetivo de mostrar que algumas dessas concepções e práticas

⁵⁵ Id.

já estavam presentes, inclusive, na chamada “primeira onda” do movimento. A questão que me parece importante pensar é: de que maneira o contexto social mais amplo vai colaborando para que este ou aquele estilo de militância, muitas vezes relacionado à história pessoal de vida dos militantes, torne-se mais ou menos valorizado e para que o movimento adote este ou aquele perfil?

Nesse sentido, considero importante não isolar os atores que constituem o movimento propriamente dito — os grupos e organizações que se reconhecem e são reconhecidos como parte dele — de outros atores sociais com os quais se relacionam no cotidiano da militância. Como forma de recuperar a importância das “conexões ativas” na produção da configuração do movimento em determinado momento, utilizo os conceitos de “campo” e “arena”, como foram aplicados por Santos no estudo de mobilizações por moradia no Rio de Janeiro⁵⁶, para olhar para o movimento. “Campo” se aplica aos atores envolvidos diretamente no processo sob estudo, mas é tido como suficientemente flexível, podendo contrair-se ou expandir-se para fora dos limites da ‘arena’, que se refere a uma área social ou cultural imediatamente adjacente ao campo [...] onde estariam os que, ainda que envolvidos diretamente com os participantes do ‘campo’, não estivessem envolvidos em seus processos definidores.⁵⁷ Ao transportar essas definições para os atores reais que pude perceber como envolvidos nos processos que estudei, noto que atores vinculados ao Estado e ao mercado desempenham papéis fundamentais para o reflorescimento do MHB, a partir da primeira metade dos anos 1990. Certamente, outros atores locais, nacionais e internacionais, ligados a universidades, associações científicas ou profissionais, partidos políticos e às temáticas de saúde e direitos humanos, também tiveram e têm papéis fundamentais em determinados momentos. Nesse sentido, na medida em que atuam de modo a influenciar os processos que ocorrem no movimento, esses atores pertencem ao “campo” do

⁵⁶ SANTOS, C. N. F. Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro: padres, profissionais liberais, técnicos do Governo e moradores em geral servindo-se de uma mesma causa. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 29-60, 1977. Os conceitos de “campo” e “arena” utilizados por SANTOS têm origem em SWARTZ, M. J. Introduction. In: _____. *Local-level politics*. Chicago: Aldine, 1968. p. 1-43.

⁵⁷ *Ibid.* p. 32

movimento homossexual. O “gueto” homossexual e os sujeitos com práticas homoeróticas anônimos ou isolados permanecem, nesse caso, situados como “arena” e atuam como parte do “campo” apenas na medida em que participam de manifestações públicas ou outros tipos de atividades, como abaixo-assinados ou pesquisas, propostas pelo movimento.

O uso do conceito de “campo” – e a conseqüente compreensão do movimento como parte de uma rede de relações sociais que se expande para além dos limites do conjunto de grupos e associações que compõem o movimento propriamente dito – é fundamental para a interpretação sobre as condições que possibilitaram o reflorescimento do MHB que exponho a seguir. Fundamentou também a interpretação dos anos 1980 não como um período de “declínio”, mas de grandes transformações no movimento. Se olharmos para o movimento como uma rede de relações ampliada, percebemos que, para além da redução da quantidade de grupos, a atuação dos militantes da “segunda onda”, além de trazer inovações fundamentais para a sobrevivência do movimento em tempos “democráticos”, mobilizou recursos muito importantes ao obter o apoio de diversos atores sociais, principalmente de associações científicas, partidos políticos, parlamentares e juízes, exatamente num momento em que a associação de caráter negativo entre AIDS e homossexualidade ainda era muito grande.

OS ANOS 1990 E O REFLORESCIMENTO DO MHB

A análise de relatórios sobre os encontros nacionais do movimento homossexual confirma um declínio quantitativo nos anos 1980, seguido pelo que chamo de “reflorescimento” nos anos 1990. Após o 1º EBHO, ocorreram apenas mais dois encontros nacionais durante os anos 1980. Em janeiro de 1984, ocorria o 2º EBHO, organizado pelo Grupo Gay da Bahia, com a presença de cinco grupos e cerca de 40 participantes, e em janeiro de 1989, ocorria o 3º EBHO, por iniciativa do Atobá (Rio de Janeiro, fundado em 1985), com a presença de seis grupos. A mesma quantidade de grupos se repete nos dois encontros posteriores – o 4º e o 5º EBHO, realizados em 1990 e 1991, respectivamente – elevando-se apenas em 1992, como vemos no QUADRO 1, a seguir:

QUADRO I
ENCONTROS NACIONAIS DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL
— BRASIL — (1980-1997)

Ano	Nome do encontro	Local	Número de grupos
1980	1º Encontro Brasileiro de Homossexuais	São Paulo (SP)	08
1984	2º Encontro Brasileiro de Homossexuais	Salvador (BA)	05
1989	3º Encontro Brasileiro de Homossexuais	Rio de Janeiro (RJ)	06
1990	4º Encontro Brasileiro de Homossexuais	Aracaju (SE)	06
1991	5º Encontro Brasileiro de Homossexuais	Recife (PE)	06
1992	6º Encontro Brasileiro de Homossexuais	Rio de Janeiro (RJ)	11
1993	7º Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais	Cajamar (SP)	21
1995	1º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS e 8º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas	Curitiba (PR)	84
1997	2º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS e 9º Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis	São Paulo (SP)	52

Fonte: REIS, T. (Org.). Relatório do I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com Aids e VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Curitiba: Grupo Dignidade; Italprint, 1995. 199 p. (Para dados até 1995.); RODRIGUES, M. M. (Org.). Relatório do II Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis que trabalham com AIDS e IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. São Paulo: Rede de Informação Um Outro Olhar, 1997. 120 p. (Para dados até 1997.)

A partir de 1992, a quantidade de grupos presentes aos encontros nacionais volta a crescer. Ao observarmos o material existente a respeito dos encontros nacionais do movimento, durante o período de redução na quantidade de grupos, pode-se perceber uma pequena participação de São Paulo nessas atividades – o único grupo paulista a frequentar os encontros nesse período foi o GALF, que posteriormente deu origem à Rede Um Outro Olhar. Nota-se também um deslocamento geográfico das iniciativas movimentalistas para o eixo Nordeste-Rio de Janeiro. A quantidade de grupos presentes aos encontros não necessariamente reflete o número de grupos existentes no Brasil. Mas, certamente, a disponibilidade para sediar ou deslocar-se para a participação num encontro reflete a existência de um certo vigor por parte do grupo. Nesse sentido, há que se ressaltar que o GGB e o Atobá estiveram presentes a todos os encontros realizados nesse período.

As deliberações dos encontros durante o período de “declínio” demonstram tanto o vigor de novas propostas quanto as dificuldades de atuação trazidas pela redução da quantidade de grupos e pela AIDS. As deliberações dos encontros realizados nos anos 1980 traziam novas questões ao cenário. No 2º EBHO, ao qual compareceram apenas grupos do Nordeste, além das lutas pela “despatologização” e por legislação antidiscriminatória, já aprovadas em outros encontros, aprovou-se a luta pela legalização do “casamento gay”, por um tratamento positivo da homossexualidade na mídia e pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares. No 3º EBHO, a AIDS passou a ter um lugar privilegiado entre os temas debatidos e, além da questão da violência e da necessidade de estimular a formação de novos grupos, a discriminação religiosa contra os homossexuais aparecia como uma nova preocupação. No 4º e no 5º EBHO, realizados em 1990 e 1991, respectivamente, a luta contra a AIDS e necessidade de fortalecimento do movimento foram os temas de maior destaque. O 4º EBHO aprovou a proposta de formação de um Conselho Brasileiro de Entidades Organizadas de Homossexuais.⁵⁸

⁵⁸ Dados do BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Salvador: GGB, v. 12, n. 27, ago. 1993.

O 6º EBHO, realizado em 1992, registrou um aumento significativo na quantidade de grupos participantes – 11 grupos, além do crescimento da participação de grupos exclusivamente lésbicos – 2 grupos, ambos de São Paulo.⁵⁹ O ativismo pelos direitos dos homossexuais volta a florescer a partir daí, quando os encontros nacionais do movimento passam a ocorrer com periodicidade anual ou bienal e a quantidade de grupos presentes a esses eventos aumenta consideravelmente.

O 7º EBLHO, realizado em 1993, contou com a participação de 21 grupos.⁶⁰ Entre esses grupos, é importante notar: a presença de mais grupos lésbicos, todos de São Paulo; a participação de novos grupos gays ou mistos de São Paulo; a presença de grupos de estados que nunca haviam tido representantes nos encontros nacionais, como Rio Grande do Sul e Minas Gerais; a presença de Organizações Não-Governamentais não-identificáveis como grupos do movimento homossexual. O relatório do 7º EBLHO apontava a existência de aproximadamente 43 grupos homossexuais no território nacional. As deliberações do 7º EBLHO⁶¹ traziam as marcas da participação de diferentes atores nos encontros do movimento: 1) a referência às “discussões de gênero” e ao movimento como “movimento brasileiro de gays e lésbicas”, marcava a presença mais intensa dos grupos lésbicos;⁶² 2) a preocupação com a participação do movimento no consórcio de vacinas, marcava a presença das ONGs-AIDS e a própria participação do movimento homossexual no movimento de AIDS; 3) a resolução sobre a participação no 1º Congresso de Movimentos Populares marcava a presença de militantes do Partido dos Trabalhadores. Uma resolução a respeito de socializar malas-diretas de agências financiadoras revelava, ainda, que o

⁵⁹ Id.

⁶⁰ ENCONTRO BRASILEIRO DE GAYS E LÉSBICAS, 8., 1995, Curitiba. *Manual de Apoio do 7º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas e do 1º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS*. Curitiba: Comissão Organizadora, 1995. p. 13-21. Distribuído no encontro.

⁶¹ Id.

⁶² Este encontro marcou uma mudança na denominação dos encontros nacionais, passando a incluir o termo “lésbicas” no nome dos encontros. O 7º EBLHO manteve a denominação “lésbicas e homossexuais”. No entanto, o encontro seguinte passa a incorporar os homossexuais do sexo masculino sob a denominação “gays”.

movimento já se via como um espaço que incluía grupos com formato institucional e preocupações típicas das ONGs, ao menos no que toca à atuação pela via de projetos de intervenção financiados. Por outro lado, a preocupação com o fortalecimento do movimento, já presente nos encontros da década de 1980, permanece e é encaminhado: 1) por todas as resoluções no sentido de que se fizessem intercâmbios de materiais, experiências e recursos; 2) pela deliberação de que fossem estabelecidas bandeiras comuns, definidas como sendo *saúde* e luta contra a *violência*; 3) pela resolução acerca da criação de uma Comissão de Direitos Humanos para Gays e Lésbicas.

A demanda por uma comissão, rede ou entidade do movimento em nível nacional já havia sido tematizada na prévia do 2º EGHO (1980) e no 4º EBHO (1990).⁶³ A criação de uma Comissão de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas, aprovada como deliberação do 7º EBLHO, envolveu uma série de dificuldades, desencontros e divergências.⁶⁴ O encaminhamento dessa proposta alongou-se do final de 1993 ao início de 1995. As discussões sobre o formato que a entidade nacional deveria ter — comissão ou associação — arrastaram-se até a plenária do 8º EBGL⁶⁵ (Curitiba, de 28 a 31 de janeiro de 1995) e sobreviveram após a fundação, em Assembléia Geral durante o Encontro, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). A ABGLT obteve a filiação, ainda durante o 8º EBGL, de 32 entidades do movimento homossexual⁶⁶, ou seja, cerca de 80% dos grupos de gays, lésbicas e/ou travestis presentes. No entanto, contou,

⁶³ O evento de 1980 discutiu a formação de uma coordenação nacional do MHB, que não foi aprovada *temendo alguns que a Facção Homossexual da Convergência Socialista viesse a dominar os destinos do movimento*. Cf. BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, 1993. O 4º EBHO discutiu a formação de um *conselho brasileiro de entidades organizadas de homossexuais*, mas não pude localizar nenhum documento que registrasse os desdobramentos dessa discussão ou que citasse a efetiva fundação ou existência desse conselho.

⁶⁴ ENCONTRO BRASILEIRO DE GAYS E LÉSBICAS, 1995.

⁶⁵ REIS, T. (Org.). Relatório do I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS e VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Curitiba: Grupo Dignidade; Italprint, 1995.

⁶⁶ ASSOCIAÇÃO Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. *Boletim da ABGLT*, v. 1, n.1, jun./ago., 1995.

também desde o início, com a oposição e questionamento por parte de outros grupos.⁶⁷

A partir de 1995, os encontros passaram a contar com financiamentos de programas estatais de combate às DST/AIDS e a ocorrer paralelamente aos encontros nacionais de “gays e lésbicas que trabalham com AIDS”, rebatizados posteriormente de encontros de “gays, lésbicas e travestis que trabalham com AIDS”.

Os 8º EBGL e 1º EBGL-AIDS contaram com o apoio de agências governamentais, universidade e de atores de natureza empresarial. Além de ser a primeira vez que o movimento nacional tinha um encontro financiado com recursos do Ministério da Saúde, e que reservava uma parte específica para a discussão de questões ligadas ao HIV/AIDS, este foi o encontro que reuniu o maior número de grupos até então, trazendo como novidade a presença de organizações de travestis e a discussão sobre temas como religiosidade, transexualidade e articulação com o movimento em nível internacional. Os temas tratados no 8º EBGL podem ser divididos em dois grandes blocos: 1) auto-estima, saúde e defesa de direitos de gays e lésbicas e 2) relação com outros atores (mídia, profissionais de saúde, igrejas, movimento internacional, agências financiadoras). O 8º EBGL deixava como marca a aprovação da inclusão do termo “travestis” no nome dos encontros seguintes do movimento.⁶⁸

No Rio de Janeiro, no Rio Palace Hotel, de 18 a 25 de junho de 1995, ocorreu a 17ª Conferência Internacional da International Lesbian and Gay Association (ILGA).⁶⁹ A realização

⁶⁷ NUANCES GRUPO PELA LIVRE EXPRESSÃO SEXUAL. [S.l.], 22 fev. 1995. Carta de avaliação do 8º EBGL.

⁶⁸ Segundo o relatório do 8º EBGL, a inclusão do termo “travestis” teria sido aprovada em plenária após sugestão/demanda de um dos grupos de trabalho do Encontro, especialmente direcionado à discussão do tema “travestis”. Antes de 1995 já haviam sido realizados dois encontros de “travestis e liberados”. Até onde pude saber, esses encontros estiveram inicialmente relacionados com o trabalho da Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), do Rio de Janeiro. Posteriormente, com o surgimento de novas associações e grupos de travestis, esses encontros passaram a ocorrer em outras regiões do país.

⁶⁹ De origem europeia e fundada em 1978, a ILGA está registrada, sob as leis da Bélgica, como uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e caráter internacional. No momento da realização de sua 17ª Conferência, contava com cerca de 450 grupos associados em mais de 60 países.

dessa conferência no Brasil demonstrava o aumento da inserção do movimento brasileiro no movimento em âmbito internacional. As relações do MHB com a ILGA, conforme citei anteriormente, vinham pelo menos desde 1980, quando ainda chamava-se IGA e João Antônio Mascarenhas esteve presente a uma de suas conferências, na Itália. De acordo com dados do Ministério da Saúde⁷⁰, a 17ª Conferência da ILGA contou com cerca de 1.200 participantes.

O 9º EBGLT e o 2º EBGLT-AIDS ocorreram de 20 a 26 de fevereiro de 1997, na cidade de São Paulo, com a participação de 52 grupos, além de ativistas independentes, indivíduos provenientes do legislativo, dos programas de AIDS e da academia e também interessados que souberam do evento através de alguma de suas formas de divulgação. Uma nova forma de registrar a participação nos encontros foi adotada: estiveram presentes 338 pessoas, sendo 53% homens, 42% mulheres, 4% de travestis e 1% de transexuais.⁷¹ Estes encontros contaram com financiamento do Ministério da Saúde, por meio da Coordenação Nacional de DST/AIDS. O 9º EBGLT foi programado de modo a não ter caráter deliberativo e foi marcado por confrontos e agressões entre grupos e entre militantes, plenárias extras convocadas de última hora, reuniões paralelas e muita tensão e agressividade.⁷² Foi também o primeiro encontro a ser realizado nas dependências do próprio hotel onde estavam hospedados todos os participantes que não eram de São Paulo. Os 9º EBGLT e

⁷⁰ BRASIL. Ministério da Saúde. *Atividades implementadas, 1995*. Disponível em: <http://www.Aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1995.htm>. Acesso em: 30 jan. 2002.

⁷¹ Cf. RODRIGUES, M. M. Relatório do II Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis que trabalham com AIDS e IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. São Paulo: Rede de Informação Um Outro Olhar, 1997. p. 15, em relação aos homens e mulheres, foram acrescentadas as seguintes notas explicativas: *Mulheres correspondem a Lésbicas, Bissexuais e Heterossexuais; Homens correspondem a Gays, Bissexuais e Heterossexuais*.

⁷² Gostaria de salientar que um ambiente conflituoso não foi uma especificidade deste encontro. Edward MACRAE relatava um ambiente semelhante no 1º EGHO, Cf. MACRAE, 1985 e o *Boletim do Grupo Gay da Bahia* descreve conflitos na prévia do 2º EBHO, Cf. BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, 1993. Os documentos citados anteriormente sobre o 8º EBGL também permitem perceber um Encontro permeado por conflitos,

2º EBGLT-AIDS foram encerrados com uma passeata pelas ruas do centro da cidade, o que já havia ocorrido em outros encontros, inclusive na 17ª Conferência Internacional da ILGA (Rio de Janeiro, 1995). Essa passeata foi referida, por alguns dos militantes paulistanos que entrevistei, como uma experiência marcante, que influenciou definitivamente o surgimento da idéia da organização de eventos de rua por ocasião do Dia Internacional do Orgulho Gay, que se tornaram uma marca do movimento em nível nacional no início do século XXI.

Em 1998, a ABGLT listava a existência de 68 grupos/organizações do movimento homossexual em todo o Brasil⁷³, que dividiam-se da seguinte maneira por região do país:

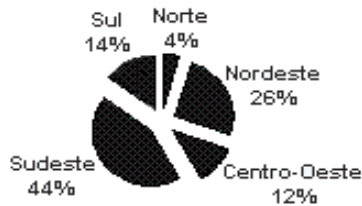


GRÁFICO 1 - Grupos/Organizações do movimento homossexual no Brasil, divididos por regiões.

Fonte: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, 1998

protestos, reuniões paralelas e muitas acusações, o que foi confirmado nas entrevistas de militantes que realizei para a dissertação que deu origem a este texto. Não tenho informações mais detalhadas sobre conflitos nos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º EBHO, mas é possível que possam ter sido atenuados até pela própria conjuntura: foram encontros que reuniram pouquíssimos grupos, que, pelos relatos a que tive acesso, pareciam perceber-se como um movimento fragilizado, que precisava fortalecer-se, e que tinha um inimigo externo muito claro: a epidemia da Aids e o “descaso” ou falta de ações governamentais consideradas satisfatórias.

⁷³ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTITIS. *Brazilian Association of Gays, Lesbians and Transvestites: information sheet: july/august 1998*. Documento utilizado em divulgação internacional das atividades da Associação por ocasião dos Gay Games [olimpíadas gay] realizado em Amsterdã, em agosto do 1998.

É importante ressaltar que, dos 30 grupos da região Sudeste, 18 eram do Estado de São Paulo, o que equivale a 60% dos grupos da região Sudeste e a cerca de 26% em relação ao Brasil. Destes 18, 13 eram da cidade de São Paulo, que concentraria, aproximadamente, 19% dos grupos/organizações listados pela ABGLT.

Gostaria de finalizar este relato sobre o reflorescimento do movimento homossexual nos anos 1990 ressaltando que não somente o número de grupos/organizações do movimento aumentou, como houve uma diversificação de formatos institucionais e propostas de atuação. Por outro lado, nota-se também uma ampliação da rede de relações sociais do movimento e a presença de novos atores nesse “campo” do movimento, como, por exemplo, a mídia, segmentada ou não, as agências estatais ligadas aos temas justiça e saúde, parlamentares que incluem a bandeira dos direitos dos homossexuais em suas plataformas, o mercado especializado, organizações internacionais, grupos religiosos que se mostrem flexíveis ou especialmente voltados a questões ligadas à sexualidade ou homossexualidade etc.

No âmbito interno dos grupos, podemos identificar a crescente aproximação do modelo ideal das ONGs esboçado por Fernandes⁷⁴ e suas implicações em termos de: redução do número de membros efetivos; criação de estruturas formais de organização interna; elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos; necessidade de apresentação de resultados; necessidade de expressar claramente objetivos e objetos de intervenção ou de reivindicação de direitos; profissionalização de militantes; maior capacidade e necessidade de comunicação e dependência de estruturas como sede, telefone, endereço eletrônico, computador; necessidade de integrar os militantes dentro de um discurso pragmático; adoção de técnicas de dinâmica de grupo em reuniões e atividades; preocupação em ter quadros preparados para estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais. Certamente, esse é somente um modelo ideal, do

⁷⁴ FERNANDES, R. C. Sem fins lucrativos. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 15, p. 13-31, jul. 1985.

qual poucas organizações homossexuais no Brasil do final dos anos 1990 se aproximavam, e algumas se recusavam a se aproximar, ao menos no que toca a alguns dos aspectos citados.

Por outro lado, no que se refere à relação entre os grupos, a busca dos escassos financiamentos estatais ou internacionais, provocava um ambiente competitivo. No entanto, se a necessidade de manter a “boa imagem frente aos financiadores” sugere uma relação de evitação e respeito a regras de convivência quando se trata das relações entre ONGs⁷⁵, essas regras pareceram bastante passíveis de desrespeito quando o campo de atuação dessas ONGs é também um movimento onde convivem organizações financiadas, organizações que não são financiáveis e outras que se recusam a sê-lo. Nesse sentido, os processos de formação de alianças e os conflitos, que já haviam sido descritos por MacRae⁷⁶ como característicos do movimento, criam situações de conflito aberto, que podem ser acompanhadas eventualmente por meio da troca de acusações na mídia, ou em fóruns que não incluam somente militantes, ou por um grupo mais restrito, mas às vezes nem tanto, na troca de e-mails entre militantes em grupos, ou listas de discussão na Internet.

A IMPORTÂNCIA DAS “CONEXÕES ATIVAS” E O FORTALECIMENTO DA “HOMOSSEXUALIDADE” COMO FATOR GERADOR DE IDENTIDADES PESSOAIS E COLETIVAS

Como indiquei no início deste artigo, algumas análises datadas de meados dos anos 1980 e início dos anos 1990 questionavam a viabilidade de uma política homossexual no Brasil. Entre essas análises, gostaria aqui de dialogar com as de Peter Fry, uma das referências pioneiras na reflexão sobre a sexualidade como fenômeno cultural e histórico no Brasil, para quem a construção social de hierarquias e desigualdades difere

⁷⁵ FERNANDES, 1985, loc. cit.

⁷⁶ MACRAE, 1985 e MACRAE, 1990

significativamente de uma cultura para outra. Os escritos de Fry⁷⁷ são permeados pela idéia de que a ausência de um inimigo identificável e tangível (um “outro”) para o movimento homossexual brasileiro, faria com que tivesse que inventar esse “outro” e que muitas vezes isso ocorresse no interior do próprio movimento. Essa dinâmica — a necessidade de “inventar o outro” — levaria a uma crescente fragmentação do movimento a partir de disputas internas. Como vimos, esse argumento se confirmava em pesquisas como a de MacRae, que mostrava um movimento formado por coletivos que, em boa parte, se reproduziam por fissão e, na ausência de um inimigo externo claro, elegiam como inimigo seus próprios pares na militância — de preferência entre os mais próximos.

Fry ia mais longe, identificando uma questão que seria comum tanto ao movimento homossexual quanto ao movimento negro: seus alvos não seriam apenas a repressão e a discriminação contra homossexuais e negros, mas a cultura brasileira como um todo. Em ambos os movimentos, a proposição e busca de legitimação de um sistema classificatório moderno (divisão entre negros/brancos e heterossexuais/homossexuais — em algumas versões — intermediada pela figura não muito clara do bissexual) se contrapunha a um modelo (povoado de quase-brancos, quase-pretos, bichas, bofes, fanchas, ladies, viados, monas e homens e mulheres de verdade) existente no “Brasil-popular”. Nesse sentido, teríamos a disputa entre um sistema de classificação que Fry⁷⁸ denomina anglo-saxão ou moderno e o sistema de pensamento social predominante no Brasil, que evitaria adotar classificações baseadas em fronteiras bem definidas, o que justificaria a dificuldade de construção de um movimento homossexual ou negro baseado no modelo norte-americano de política de identidades.

⁷⁷ FRY, P. Prefácio. In: PERLONGHER, N. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 11-15; FRY, P. Prefácio. In: MACRAE, E. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 11-15; FRY, P. Por que o Brasil é diferente? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 178-182, jun. 1996.

⁷⁸ FRY, P. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

No entanto, é necessário que se reconheça que o próprio contexto a partir do qual Fry e MacRae escreveram sobre o tema favorecia um olhar pouco otimista a respeito da viabilidade de um movimento homossexual no Brasil. Como vimos, na segunda metade da década de 1980, houve de fato uma redução na quantidade de grupos e uma combinação de vários fatores que dificultavam a expansão de um movimento homossexual no Brasil, ao menos nos mesmos moldes em que existiam até então. No entanto, como procurei demonstrar, houve uma série de mudanças no interior do próprio movimento, que estão relacionadas à sua sobrevivência e posterior expansão no período pós-redemocratização. Essas transformações internas foram acompanhadas por uma série de mudanças na sociedade brasileira, por influências que poderíamos chamar aqui de globalizadas e pela aproximação do movimento com alguns outros atores sociais que se tornaram fundamentais para compreender seus rumos e a sua configuração atual.

A fim de compreender a maneira pela qual uma política de identidades homossexuais venha ganhando condições mínimas de viabilidade na sociedade brasileira, penso que seja necessário trabalhar com a idéia de mudança cultural de forma a compreender a dinâmica envolvida na transformação e/ou diversificação dos sistemas de pensamento social locais. Nesse sentido, minhas interpretações tomam o sentido de colaborar para a compreensão de fatores que podem estar envolvidos na maior adesão a um modelo moderno/igualitário, fundamental para que o movimento homossexual se tornasse viável e para a própria configuração do movimento que encontrei em campo na segunda metade dos anos 1990. Creio que acontecimentos como o processo de “redemocratização”, a implementação de uma política de prevenção às DST/AIDS baseada na idéia de parceria entre Estado e sociedade civil e num claro incentivo às políticas de identidade como estratégia para a redução da vulnerabilidade⁷⁹

⁷⁹ Sobre o conceito de vulnerabilidade ver: AYRES, J. R. et al. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de AIDS. In: BARBOSA, R. M.; PARKER, R. (Org.). *Sexualidades pelo avesso*. Rio de Janeiro: IMS-UERJ; São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 49-72. Sobre o incentivo a políticas de identidade como estratégia para redução da vulnerabilidade ver: PAIVA, V. Sem mágicas soluções: a prevenção do HIV e da AIDS como um processo de “emancipação psicossocial”. *Interfaces-comunicação, saúde, educação*, Botucatu, n. 11, p. 25-38, 2002.

de populações estigmatizadas, o desenvolvimento da segmentação de mercado e o crescimento de um mercado específico para o público gay ou GLS gays, lésbicas e simpatizantes (GLS), e mesmo os efeitos de processos globais têm algo a dizer sobre a forma pela qual a idéia de uma política de identidade homossexual tem se tornado viável no Brasil dos anos 1990, apesar de todas as dificuldades apontadas pelas pesquisas realizadas na primeira metade dos anos 1980.

Ao falar sobre o “declínio” e as transformações que tiveram lugar no movimento homossexual nos anos 1980, a AIDS apareceu tematizada tanto como fator de desmobilização quanto como preocupação fundamental nos encontros do movimento. A bibliografia sobre a construção de uma resposta coletiva à AIDS⁸⁰ também reconhece a importância do envolvimento de homossexuais na luta contra a epidemia e remete a possibilidade dessa resposta ao início de organização de um movimento homossexual que precedeu o surgimento da então chamada “peste gay”.

De acordo com Parker⁸¹, as respostas políticas à epidemia, até então, poderiam ser divididas em quatro períodos: 1) entre 1982 e 1985, período em que o país passa da abertura à “redemocratização”, caracterizado por notificação dos primeiros casos de AIDS, criação do programa de AIDS do Estado de São Paulo, grande onda de pânico e preconceito, somada à omissão por parte das autoridades governamentais e fundação das primeiras ONGs-AIDS; 2) entre 1986 e 1990, durante o governo Sarney, quando é criada uma resposta em nível federal, e Lair Guerra coordena o programa de AIDS, há um aumento da

⁸⁰ PARKER, R. et al. *A AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1994. (História social da AIDS, 2); PARKER, R. *A construção da solidariedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; TERTO JUNIOR, V. Homossexuais soropositivos e soropositivos homossexuais: questões da homossexualidade masculina em tempos de Aids. In: PARKER, R. G.; BARBOSA, R. M. (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. p. 90-104; GALVÃO, J. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000; PAIVA, 2002, p. 25-38

⁸¹ PARKER, R. Introdução. In: _____. (Org.). *Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: ABIA, 1997. p. 7-15.

cooperação internacional e do número de ONGs-AIDS, e começam a ser mobilizadas as pessoas com HIV/AIDS; 3) entre 1990 e 1992, durante o governo Collor, quando Alcení Guerra assume o Ministério da Saúde e Eduardo Corrêa, o Programa Nacional de AIDS, vários elementos-chave do programa são suspensos e há relações de conflito com setores da sociedade civil e órgãos internacionais, como o Programa Global de AIDS da Organização Mundial de Saúde; 4) entre 1992 e 1997, após o impeachment de Collor, quando Lair Guerra volta à coordenação do programa, onde permanece até 1996, e há uma ação e espírito de colaboração no sentido de rever os resultados desastrosos da administração anterior, passando a haver maior colaboração entre sociedade civil e Estado.

Do ponto de vista da atuação da sociedade civil, na segunda metade dos anos 1980, as respostas ainda se estruturavam em torno de atuações mais pessoais que institucionais e o trabalho das organizações se dava em bases voluntárias.⁸² No final dos anos 1980, a realização de um primeiro encontro internacional de ONGs-AIDS e as iniciativas no sentido da criação de uma rede brasileira de ONGs-AIDS apontavam para uma maior articulação das respostas da sociedade civil à epidemia em nível nacional e internacional.⁸³ Em 1992, com o afastamento de Alcení Guerra e o retorno de Lair Guerra para a coordenação do Programa Nacional, ocorre uma série de mudanças que alteraram substancialmente seu perfil, bem como o campo de trabalho das organizações da sociedade civil. Em 1992, o Programa Nacional nomeava Paulo Teixeira (um dos responsáveis pela criação do Programa Estadual de AIDS de São Paulo, em 1983, muito respeitado pelas ONGs) como funcionário destacado para estabelecer relação com as ONGs e, em 1993, era criado o Setor de Articulação com ONG em 1993. Ainda em 1992, era firmado um acordo entre o Brasil e o Banco Mundial para o Projeto de Controle da AIDS e DST, que ficou conhecido como AIDS I, que trazia como novidade a participação da sociedade civil na implementação de atividades. O projeto AIDS I foi encerrado em junho de 1998 e foi celebrado novo acordo com o Banco Mundial-

⁸² GALVÃO, 2000, p. 61

⁸³ *Ibid.*, p. 64

AIDS II: desafios e propostas. Com prazo de execução previsto entre 1998 e 2002, esse projeto tomou como eixos norteadores a descentralização e a sustentabilidade.

Do ponto de vista do movimento homossexual, algo muito importante em todo esse processo foi o fato de que a classificação de “grupos de risco”, há muito questionada por ser discriminatória, acabou revertendo-se em justificativa da importância de traçar estratégias específicas para as populações assim designadas. Nesse sentido, o uso da noção de “educação por pares” possibilitou que grupos com dificuldades de obtenção de recursos passassem a ser financiados por agências de cooperação internacional e por organismos governamentais.⁸⁴ Ainda que esses financiamentos não criem uma situação ideal para o desenvolvimento de projetos e atividades, têm sido muito importantes para o fortalecimento do movimento homossexual. Atualmente, o conceito de “vulnerabilidade”, que procura articular dimensões individuais, sociais e relativas à existência de políticas e programas, tem sido utilizado em referência a estas e outras populações consideradas como “mais vulneráveis”. Tudo isso tem sido muito importante para o movimento, pois, como afirma Green⁸⁵, a organização em torno das questões da AIDS tem não somente atraído pessoas em busca de informações aos grupos, mas também provido novos recursos e infraestrutura, uma vez que os grupos têm aprendido a buscar recursos para “intervenções na comunidade” e para fortalecimento institucional.

Para além de qualquer apoio oferecido pelo Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de DST/AIDS, seja na forma de recursos para o desenvolvimento de projetos financiados, seja na forma de incentivos à organização do movimento e ao seu engajamento na luta contra a epidemia, a AIDS propiciou um importante debate social acerca da sexualidade e da homossexualidade, à qual foi inicialmente associada, em particular. Sem dúvidas, a AIDS, sua associação à homossexualidade, todo o debate social que se deu nesse sentido

⁸⁴ Ibid., p. 81-84

⁸⁵ GREEN, 1998. In: ADAM, B. D.; DUYVENDAK, J. W.; KROUWEL, A. *The global emergence of gay and lesbian politics: national imprints of a worldwide movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1998. p. 103.

e os encaminhamentos das políticas públicas de saúde – no sentido de promover ações de prevenção e cuidados que envolvessem a participação da “comunidade homossexual” e/ou dos grupos/ organizações do movimento – estão bastante ligados à própria viabilidade que tem sido alcançada pela política de identidades homossexual no Brasil.

A AIDS, ao longo dos anos nos quais perdura a epidemia, chamou atenção definitivamente sobre o sexo biológico do(a) parceiro(a) sexual, apresentando-o como mais significativo na definição da sexualidade dos homens do que o fato de ser ativo ou passivo numa relação sexual ou ter uma aparência ou comportamento mais próximo aos padrões esperados para o “masculino” ou o “feminino”. A tendência a classificar a sexualidade com base no sexo do(a) parceiro(a) – e a considerar essa forma de classificação mais verdadeira do que outras – parece bastante evidente em episódios como a discussão em torno do que se chamou ponte bissexual.⁸⁶

Nesse sentido, a AIDS colaborou bastante para aumentar o que os militantes do movimento homossexual chamam de “visibilidade da homossexualidade”. Fato que, analisado em termos de sistemas de classificação a respeito da sexualidade, representa uma ênfase num sistema classificatório moderno em detrimento de um sistema de classificação tradicional. Não se pode dizer, no entanto, que o sistema de classificação moderno tenha se tornado a única referência usada para pensar a sexualidade no Brasil dos anos 1990. A necessidade de acessar o público alvo das políticas de prevenção e obter resultados concretos em termos de mudança de comportamentos levou também à criação de categorias como homens que fazem sexo com homens (HSH), a fim de colocar em primeiro plano as práticas homossexuais, independentemente da existência de uma identidade daí derivada. Esse fato reforça a idéia de que, apesar de toda a ênfase colocada num sistema classificatório moderno, os sujeitos com práticas homossexuais não têm necessariamente

⁸⁶ Nessa discussão, que ocorreu no momento em que a epidemia começava a mostrar tendências de “heterossexualização”, se acusava os bissexuais masculinos - os “bofes” e “gilettes” que “não assumiam” suas práticas homossexuais - de terem “levado a AIDS” à população heterossexual.

se orientado por esse parâmetro, criando a necessidade da adoção, para algumas finalidades, de categorias mais “flexíveis”.

No capítulo intitulado Assumindo o Novo Milênio, Trevisan⁸⁷ procura situar os desenvolvimentos de questões ligadas à homossexualidade nos anos 1990. Seu relato se inicia com a referência a que os anos 1990 tenham assistido a uma definitiva inserção dos homossexuais no mercado, com o surgimento de várias revistas, jornais, livrarias, editoras, agências de turismo, de namoro etc. especificamente orientados para o público homossexual e, também, de seções em grandes jornais, livrarias, editoras e agências de viagem. A existência de revistas⁸⁸ como a carioca *Sui Generis* – com pauta mais voltada a comportamento e cultura e tiragens que variaram entre 10.000 e 30.000 exemplares – e a paulista *G Magazine* – mais centrada numa proposta erótica, com tiragens de 90.000 a 150.000 exemplares – mostram tanto que há um mercado para tais publicações quanto indica – principalmente no caso da *Sui Generis*, por ter se voltado prioritariamente a questões de comportamento – uma maior incorporação, no contexto brasileiro, de identidades baseadas num sistema classificatório moderno. Nesse sentido, vale a pena referir as conclusões de Mira⁸⁹ ao estudar o caso da Editora Abril, que apontam uma inter-relação entre estratégias de segmentação de mercado e afirmação de identidades sociais e entre consumo e construção de identidades.

No Brasil, a articulação entre segmentação de mercado e afirmação de identidades tem se expressado, nos últimos anos, através da utilização da sigla GLS – gays, lésbicas e simpatizantes – que, de acordo com Trevisan⁹⁰, tornou-se um “ovo de Colombo conceitual” ao introduzir no contexto brasileiro a noção norte-americana de *gay friendly* e permitir que indivíduos, que não se identifiquem a partir de identidades como gays e lésbicas, possam

⁸⁷ TREVISAN, 2000

⁸⁸ Os dados sobre as revistas *G Magazine* e *Sui Generis* foram obtidos em TREVISAN, 2000, p. 375

⁸⁹ MIRA, M. C. *O leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril*. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

⁹⁰ TREVISAN, 2000, p. 376

transitar por espaços e consumir produtos voltados ao público homossexual. A origem desta sigla está associada à primeira metade dos anos 1990 e ao nome de André Fischer, colunista gay da *Revista da Folha de S.Paulo* desde 1997 e um dos principais idealizadores de eventos como o Mercado Mundo Mix (“feira moderna” que reúne expositores e público GLS) e o Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual (festival de cinema GLS, criado em 1993, e que tem crescido em público e respeitabilidade desde então), além do primeiro site GLS brasileiro na Internet, o Mix Brasil, que funciona desde 1994. Através de feiras, sites, festivais de cinema e eventos culturais, a sigla GLS tem se espalhado nas capitais brasileiras, notabilizando-se a ponto de ser adotada como classificação por roteiros de lazer e cultura em grandes jornais, revistas e na Internet.

Por mais que a associação entre AIDS e homossexualidade e a expansão de um mercado segmentado tenham colaborado no aumento da adesão a um sistema classificatório moderno, tanto atores ligados ao “mercado gay” quanto as agências estatais voltadas para o combate ao HIV/AIDS, com o uso de siglas como o GLS e o HSH, parecem mover-se entre o “sair do armário” e as necessidades de alcançar um público que não se identifica necessariamente de acordo com um sistema de classificação moderno. O GLS afirma identidades reconhecidas pelo movimento, ao mesmo tempo em que procura preservar o espaço de uma certa ambigüidade classificatória. Da mesma forma, as agências estatais, ao utilizarem a sigla HSH, procuram garantir o acesso a atividades de prevenção aos que não se identificam a partir de suas práticas sexuais, ao mesmo tempo em que incentivam a adesão a uma identidade gay.⁹¹ Ambas as siglas remetem, a meu ver, à adaptação aos padrões locais de tendências globalizadas, sejam elas o gay friendly ou as experiências internacionais na prevenção ao HIV/AIDS, e possuem um

⁹¹ Tal incentivo justifica-se tanto pelo resultado de experiências internacionais que demonstram uma redução na vulnerabilidade de indivíduos com práticas homossexuais na medida em que aderem a uma identidade baseada nestas práticas, quanto pelo uso do conceito de vulnerabilidade, e o recurso à identidade baseada em práticas homossexuais como forma de melhorar a “auto-estima” e reduzir a vulnerabilidade individual dos sujeitos.

componente de afirmação de identidades sexuais sem deixar de reservar espaço para outras formas de auto-identidade que não fazem referência específica à orientação homo ou heterossexual do desejo. Nesse sentido, penso que podem ser consideradas como frutos de um processo de re-significação e adaptação de um sistema classificatório moderno ao contexto local.

O movimento, por sua vez, alia-se a cada uma dessas iniciativas parceiras na medida em que favorecem a “visibilidade” e/ou oferecem algum tipo de suporte a suas atividades. No entanto, a maior parte das iniciativas do movimento pareceu-me estar seguindo um caminho diferente, especificando e multiplicando cada vez mais as categorias alvo de suas ações. Vale lembrar que os eventos nacionais do movimento deixaram de se identificar como encontro de “homossexuais” e passaram a especificar primeiramente as “lésbicas”, o que levou também à utilização da categoria “gays”, e posteriormente as “travestis”. Conforme vimos no decorrer deste texto, a inclusão de cada uma dessas categorias no nome do movimento deveu-se tanto à existência de sujeitos assim identificados no interior do mesmo quanto a momentos políticos propícios à sua inclusão. A crescente utilização da forma-projeto para dar suporte às ações do movimento pode estar também relacionada a essa tendência, na medida em que a delimitação clara de público-alvo é uma exigência por parte das agências financiadoras. Há também vários grupos que têm buscado referências originalmente produzidas em espaços acadêmicos ou no movimento internacional a fim de nomear seu público alvo. Esse é o caso da apropriação de termos como “homoerótico” ou “transgênero” por parte de iniciativas do movimento.

Se análises sociológicas apontam uma tendência das pessoas a buscarem uma auto-identidade e a terem, para isso, que fazer escolhas entre os padrões de estilos de vida disponíveis, como sugere Giddens⁹², há, de fato, uma grande possibilidade de que boa parte da população com práticas homossexuais identifique-se a partir de qualquer outro atributo ou estilo de vida que não diga necessariamente respeito à sexualidade. Nesse

⁹² GIDDENS, A. *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta, 1997. p. 75-76.

sentido, propostas como a de “visibilidade massiva” defendida pela Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo⁹³ e o pipocar de eventos de rua por ocasião do Dia do Orgulho Gay ao longo do país, neste início de século, demonstram, mais uma vez, o alto grau de reflexividade presente no movimento. Ao mesmo tempo em que o movimento e a própria Associação da Parada têm ampliado o número de categorias identitárias, que a priori não permitem muita flexibilidade, a proposta de levar as pessoas às ruas procura diluir, no caráter lúdico e na referência ao respeito à diversidade, a rigidez das categorias cada vez mais especificadas e a dificuldade que isso traz no sentido de acessar o contingente de indivíduos com práticas homossexuais.

Concluindo, gostaria de lembrar que os fatos aqui referidos são parte de uma história em construção. Se o movimento cresceu e se fortaleceu e uma política baseada na defesa de direitos ligados à livre orientação sexual tem se mostrado viável nessa trajetória, a tendência à facciosidade interna e as barreiras culturais que dificultam o acesso e mobilização dos sujeitos concretos de sua intervenção permanecem como desafios. Gostaria também de ressaltar que entendo que o processo aqui delineado não tenha se dado da mesma forma para todos os grupos que dele participaram, mesmo porque apenas três grupos – o GGB, o Dialogay e o GALF/Rede Um Outro Olhar – atravessaram a década de 1980, chegando, ainda que modificados, ao final dos anos de 1990. Há grande diversidade de arranjos e experiências no interior do movimento e, certamente, existem vários aspectos que merecem ser melhor explorados, tanto no que toca à organização, dinâmica interna e modo de atuação dos grupos, quanto na relação entre o movimento e outros atores sociais. Espero que novos estudos venham em breve iluminá-los.

⁹³ Associação criada em 2000, na cidade de São Paulo, com o objetivo de promover atividades de Orgulho Gay. São Paulo promoveu eventos de rua por ocasião do Dia Internacional do Orgulho Gay desde o ano de 1996 – a Associação é fruto dessa experiência.

THE HOMOSEXUAL MOVEMENT IN BRAZIL: COMPLING A HISTORY

ABSTRACT

The homosexual movement has been in activity in Brazil for the past 25 years. This article, based on a combination of research methodologies including ethnographic fieldwork and the analyses of primary and secondary sources, seeks to contribute towards the historical reconstitution of this movement. Special emphasis is given to the role played by "active connections" on the specific configuration assumed by the movement in a given context. The significant role played by social actors linked to the State and by the segmented market economy in the renewal and expansion of the movement in the 90's is analyzed within this framework. The political and social transformations which occurred in Brazilian society at large, such as the return to a democratic regime, the emergence of AIDS and the development of individualism, as well as changes in perspectives on sexuality which have taken place in recent years, are associated with changes which occurred within the movement and which, ultimately, affected the viability of a political struggle focusing on the recognition of homosexual identities in Brazil.

KEYWORDS

Social movements, Brazil; Homosexual movement; Homosexuality; Social identities



Manifestação em frente ao Teatro Municipal de São Paulo contra as arbitrariedades policiais do delegado Richetti, 13 jun. 1980.